

SME JOINVILLE-SC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOINVILLE

PROFESSOR DE HISTÓRIA



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO**.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



SME Joinville SC
Professor de História

LÍNGUA PORTUGUESA

Análise e interpretação de texto compreensão geral do texto; estrutura e organização do texto e dos parágrafos.....	1
Ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor	6
Argumentação	7
Elementos de coesão	8
Inferências	10
Tipologia e gêneros textuais.....	11
Figuras de linguagem	12
Emprego dos pronomes demonstrativos; Colocação pronominal	17
Relações semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (oposição/ contraste, conclusão, concessão, causalidade, adição, alternância; Sintaxe da oração período simples; termos fundamentais e acessórios da oração; tipos de predicado e do período período composto por coordenação e por subordinação.....	20
Relações de sinonímia e de antonímia	28
Funções do “que” e do “se”	30
Emprego do acento grave	34
Emprego dos sinais de pontuação e suas funções no texto	36
Ortografia.....	40
Concordâncias verbal e nominal	43
Regências verbal e nominal	47
Emprego de tempos e modos verbais; Formação de tempos compostos dos verbos..	50
Questões	54
Gabarito.....	64

MATEMÁTICA

Números racionais. Efetuar cálculos com números racionais, envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão.) Resolver problema com números racionais	1
Razões e proporções	6
Divisão proporcional.....	8

SUMÁRIO



Regras de três simples.....	11
Porcentagem.....	12
Interpretação de gráficos e tabelas.....	14
Estatística Básica. Média aritmética. Mediana. Moda.....	21
Raciocínio lógico.....	23
QUESTÕES.....	27
GABARITO.....	37

DIDÁTICA

Teoria de Aprendizagem de Competências. Pedagogia das Competências. Processo de Ensino-Aprendizagem por Competências e Habilidades . Planejamento e organização do trabalho pedagógico.....	1
Planejamento e Gestão escolar democrática.....	3
Projeto político-pedagógico da escola.....	6
Planejamento de ensino. Planos de aula. Planejamento reverso. Sequência Didática. Diferenciação pedagógica. Recomposição de aprendizagem.....	9
Processos de ensino-aprendizagem. Teorias do desenvolvimento humano e suas implicações educacionais.....	13
Processos de aprendizagem e fatores que influenciam o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos.....	22
Gestão de sala de aula.....	25
Metodologias de Ensino e Aprendizagem. Metodologias Ativas. Metodologias interativas. Metodologias participativas.....	27
Tecnologias da comunicação e informação nas práticas educativas.....	30
Avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. Técnicas e instrumentos de avaliação. Avaliação da aprendizagem por competências. Avaliações em larga escala.....	35
QUESTÕES.....	38
GABARITO.....	45

POLÍTICAS E LEGISLAÇÕES DA EDUCAÇÃO

Constituição Federal de 1988 (Artigos nº 205 a nº 214).....	1
Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei Federal nº 9.394/1996 e suas alterações.....	7
Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/1990 e suas alterações.....	39
Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – Lei Federal nº 13.146/2015 e suas alterações.....	106

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Sistema Nacional de Educação (Lei complementar nº 220/2025)	137
Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14533/2023)	153
Plano Municipal da Educação (Lei nº 8.043/2015).....	157
Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei Federal nº 13.005/2014	159
Metas e Estratégias relacionadas à Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos)	163
Lei complementar nº 266/2008 – Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município de Joinville, das autarquias e das fundações públicas municipais	186
Lei nº 9.214/2022 – Institui o Programa de Valorização por Resultados na Aprendizagem no âmbito das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Joinville.....	226
Currículo da Rede Municipal de Joinville; Currículo da Rede Municipal de Ensino de Joinville.....	234
Resolução CNE/CP nº 1/2020 – Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).....	234
Questões	240
GABARITO	244

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Ensino de História: saber histórico escolar; Trabalho com documentos e diferentes Linguagens no ensino de História	1
Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia; História e temporalidade.....	2
Passagens da Antiguidade para o Feudalismo	5
Mundo Medieval	9
Expansão Europeia do século XV	12
Formação do Mundo Contemporâneo.....	16
História do Brasil e a construção de identidades: historiografia brasileira e a história do Brasil.....	19
História brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo	23
Aspectos da História da África e dos povos afroamericanos e ameríndios	27
História da América	32
História regional.....	34
Questões	37
Gabarito.....	45

SUMÁRIO



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).



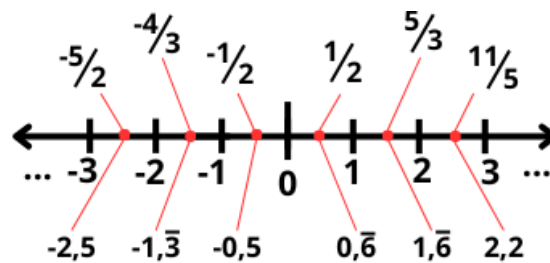
CONJUNTO DOS NÚMEROS RACIONAIS (\mathbb{Q})

Os números racionais são aqueles que podem ser expressos na forma de fração. Nessa representação, tanto o numerador quanto o denominador pertencem ao conjunto dos números inteiros, e é fundamental observar que o denominador não pode ser zero, pois a divisão por zero não está definida.

O conjunto dos números racionais é simbolizado por \mathbb{Q} . Vale ressaltar que os conjuntos dos números naturais e inteiros são subconjuntos dos números racionais, uma vez que todos os números naturais e inteiros podem ser representados por frações. Além desses, os números decimais e as dízimas periódicas também fazem parte do conjunto dos números racionais.



► Representação na reta



Também temos subconjuntos dos números racionais:

- \mathbb{Q}^* = subconjunto dos números racionais não nulos, formado pelos números racionais sem o zero.
- \mathbb{Q}_+ = subconjunto dos números racionais não negativos, formado pelos números racionais positivos.
- \mathbb{Q}_+^* = subconjunto dos números racionais positivos, formado pelos números racionais positivos e não nulos.
- \mathbb{Q}_- = subconjunto dos números racionais não positivos, formado pelos números racionais negativos e o zero.
- \mathbb{Q}_-^* = subconjunto dos números racionais negativos, formado pelos números racionais negativos e não nulos.

► Representação Decimal das Frações

Tomemos um número racional a/b , tal que a não seja múltiplo de b . Para escrevê-lo na forma decimal, basta efetuar a divisão do numerador pelo denominador. Nessa divisão podem ocorrer dois casos:

Decimal exato

O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos.



TEORIA DA APRENDIZAGEM DE COMPETÊNCIAS

A teoria da aprendizagem de competências parte da ideia de que aprender não é apenas acumular informações, mas construir condições para agir de forma inteligente, crítica e adequada diante de diferentes situações. Em termos educacionais, competência pode ser compreendida como a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para enfrentar problemas, realizar tarefas, interpretar contextos e produzir respostas consistentes. Essa noção supera a visão restrita segundo a qual aprender seria apenas reproduzir aquilo que foi ensinado.

Aqui é importante distinguir alguns conceitos que, em concursos e em textos pedagógicos, costumam ser confundidos. Conteúdo é o objeto de ensino: conceitos, fatos, princípios, procedimentos, valores, linguagens e informações sistematizadas. Habilidade é uma operação mais específica, como identificar, comparar, classificar, interpretar, sintetizar, argumentar ou resolver. Competência, por sua vez, corresponde a uma articulação mais abrangente, pois envolve utilizar essas habilidades e conteúdos de maneira pertinente em contextos concretos. Já o objetivo de aprendizagem expressa a finalidade pedagógica pretendida pelo professor no processo formativo.

Essa distinção ajuda a compreender por que a aprendizagem por competências não elimina os conteúdos. Não há competência sem conteúdo, porque a mobilização exige matéria-prima cognitiva. Um estudante só consegue interpretar criticamente um texto se tiver domínio linguístico, repertório temático e estratégias de leitura; só consegue resolver uma situação-problema em Matemática se tiver construído conceitos, procedimentos e raciocínios específicos; só consegue exercer participação cidadã se compreender direitos, deveres, normas e dinâmicas sociais. Em síntese, as competências não substituem o conhecimento: elas pressupõem o conhecimento e o reorganizam numa perspectiva mais dinâmica e significativa.

Do ponto de vista teórico, essa concepção dialoga com diferentes correntes pedagógicas. O construtivismo contribui ao afirmar que o conhecimento não é mera cópia da realidade, mas resultado de uma atividade mental do sujeito que aprende. O sociointeracionismo acrescenta que a aprendizagem se constitui nas interações sociais, na linguagem e na mediação do outro, especialmente do professor. Já abordagens críticas lembram que o ensino não pode ser reduzido ao treinamento de desempenhos, pois a educação tem compromisso com a formação humana, a emancipação intelectual e a compreensão das contradições sociais. Por isso, a teoria das competências precisa ser lida com equilíbrio: ela é pedagogicamente fecunda quando integra conhecimento, reflexão e ação; torna-se limitada quando é usada apenas para adaptar o indivíduo a exigências utilitárias do mercado.

PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS

A pedagogia das competências consiste numa proposta de organização curricular e didática em que o foco recai sobre aquilo que o estudante deve ser capaz de compreender e fazer com os conhecimentos aprendidos. Nessa perspectiva, o ensino deixa de se orientar exclusivamente pela sequência de conteúdos e passa a considerar os desempenhos intelectuais, sociais e práticos que se quer formar. Isso implica valorizar a contextualização, a interdisciplinaridade, a resolução de problemas, a participação ativa do aluno e o uso social do saber.

Uma de suas principais contribuições está no fato de atribuir maior sentido à aprendizagem. Quando o estudante percebe a utilidade cognitiva, social ou cultural do que aprende, a tendência é que haja mais envolvimento, maior retenção e melhor capacidade de transferência do conhecimento para novas situações. A pedagogia das competências procura justamente evitar o ensino desarticulado da realidade, em que o aluno responde exercícios mecânicos, mas não consegue utilizar o que estudou fora do espaço da prova. Nessa lógica, aprender passa a significar compreender, aplicar, relacionar, argumentar, decidir e intervir.



► Educação, Cultura e Desporto

Educação:

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)



SABER HISTÓRICO ESCOLAR

O ensino de História tem sido uma ferramenta essencial para a construção da identidade social e cultural das sociedades ao longo dos séculos. No contexto escolar, o saber histórico não se limita à transmissão de informações sobre eventos passados, mas também envolve a formação do pensamento crítico, a compreensão da temporalidade e a relação entre diferentes processos históricos. O ensino de História evoluiu conforme mudanças epistemológicas e pedagógicas, adaptando-se aos desafios contemporâneos e às demandas da sociedade.

Historicamente, o ensino de História no Brasil passou por diferentes fases. Durante o período colonial, o ensino era controlado pelos jesuítas, que enfatizavam uma perspectiva eurocêntrica e religiosa. Com a independência do Brasil em 1822, o ensino de História passou a focar na construção de uma identidade nacional, destacando heróis e feitos políticos. Durante o regime militar (1964-1985), o ensino foi moldado para reforçar valores patrióticos e minimizar questões críticas sobre a sociedade brasileira. Apenas com a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, o ensino de História passou a enfatizar uma visão pluralista, incluindo diferentes atores sociais e abordagens críticas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada recentemente, reforça a importância do ensino de História na formação cidadã. O documento define que o ensino histórico deve priorizar a compreensão dos processos sociais e culturais em uma perspectiva ampla, incorporando temas como história das populações indígenas, africanas e afro-brasileiras, e promovendo a valorização da diversidade. O conhecimento histórico escolar, portanto, deve ser contextualizado, dialógico e voltado para a compreensão crítica dos fenômenos sociais.

A construção do saber histórico escolar está atrelada à formação docente e à metodologia utilizada em sala de aula. O professor de História atua como mediador do conhecimento, estimulando o pensamento crítico e o debate. Diferentes abordagens pedagógicas podem ser utilizadas para a construção do conhecimento histórico, como a análise de documentos históricos, o uso de fontes primárias, a relação entre o passado e o presente e a inclusão de perspectivas múltiplas. A adoção de metodologias ativas, como projetos interdisciplinares e aprendizagem baseada em problemas, também contribui para a formação de um saber histórico mais dinâmico e participativo.

Além disso, as tecnologias digitais transformaram significativamente o ensino de História. Recursos como plataformas educacionais, museus virtuais, bancos de dados históricos e simulações interativas permitem um ensino mais dinâmico e acessível. A interatividade proporcionada pelas novas tecnologias amplia o alcance do ensino, permitindo que os estudantes se tornem agentes ativos na construção do conhecimento. No entanto, é fundamental que o uso dessas ferramentas esteja aliado a uma análise crítica das fontes e à contextualização histórica adequada.

Apesar dos avanços, o ensino de História ainda enfrenta desafios. Um dos principais é a desvalorização das ciências humanas em alguns contextos políticos e educacionais, que impactam a carga horária e o investimento na formação de professores. Além disso, a falta de materiais didáticos adequados e a necessidade de atualização constante dos currículos representam obstáculos para um ensino de qualidade. A formação continuada dos docentes e a adoção de estratégias pedagógicas inovadoras são essenciais para superar esses desafios e fortalecer o ensino de História no Brasil.

TRABALHO COM DOCUMENTOS E DIFERENTES LINGUAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA

O ensino de História tem passado por profundas transformações ao longo do tempo, buscando superar a tradicional transmissão linear e conteudista dos fatos para um modelo que privilegia a compreensão crítica dos processos históricos. Nesse sentido, o trabalho com documentos e diferentes linguagens tornou-se um elemento essencial na construção do conhecimento histórico escolar, pois permite que os alunos se tornem sujeitos ativos na interpretação do passado e na compreensão das relações entre diferentes contextos temporais e espaciais.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu **DESCONTO ESPECIAL!**

QUERO MINHA APROVAÇÃO!